



RELATÓRIO ANUAL DE ACTIVIDADES

219



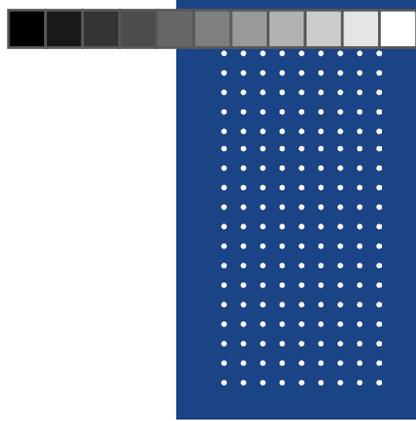
IGEPE

INSTITUTO DE GESTÃO DAS PARTICIPAÇÕES DO ESTADO
STATE SHARES MANAGEMENT AGENCY



Rua de Mukumbura nº 363, Maputo, Moçambique
Tel: +258 21 485 640; +258 21 485 643
Email: inf@igepe.org.mz; www.igepe.org.mz





INSTITUTO DE GESTÃO DAS PARTICIPAÇÕES DO ESTADO
STATE SHARES MANAGEMENT AGENCY

RELATÓRIO ANUAL DE ACTIVIDADES

2019



FICHA TÉCNICA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO IGEPE

Ana Isabel Senda Coanai

Presidente do Conselho de Administração

Raimundo Jorge Matule

Administrador do Pelouro de Controlo de Participações

Mário Xavier Estêvão

Administrador do Pelouro de Administração e Finanças

EQUIPA DE COORDENAÇÃO TÉCNICA

Jacinto Uqueio

Direcção de Controlo das Participações

Cristina Matavele

Direcção de Investimentos

Madalena Atanásio

Direcção de Governação Corporativa

Ana Tembe

Direcção de Administração e Finanças

Abílio Inguane

Direcção de Desenvolvimento Investimento

Samuel Massinga

Gabinete Jurídico

EDIÇÃO

EDIÇÃO CRIATIVA

REVISÃO

Paiva Munguambe

Assessor do Conselho de Administração do IGEPE



RELATÓRIO ANUAL DE ACTIVIDADES 2019



ÍNDICE

ÍNDICE	i
LISTA DE ABREVIATURAS	ii
APROVAÇÃO DO RELATÓRIO	iv
MISSÃO, VISÃO, OBJECTIVO GERAL E VALORES	v
ÓRGÃOS	vi
1 INTRODUÇÃO	1
2 BALANÇO DAS ACTIVIDADES REALIZADAS EM 2019	2
2.1 No Âmbito do Controlo de Participações	2
2.2 No Âmbito da Governação Corporativa	7
2.3 No Âmbito dos Investimentos	8
2.4 Âmbito da Planificação e Desenvolvimento Institucional	9
2.5 No Âmbito da Administração e Finanças	10
2.6 No Âmbito dos Recursos Humanos	12
2.7 No Âmbito do Património	13
2.8 No Âmbito da Assistência Jurídica	14
2.9 No Âmbito das Aquisições	16
3 PERSPECTIVAS PARA 2020	17

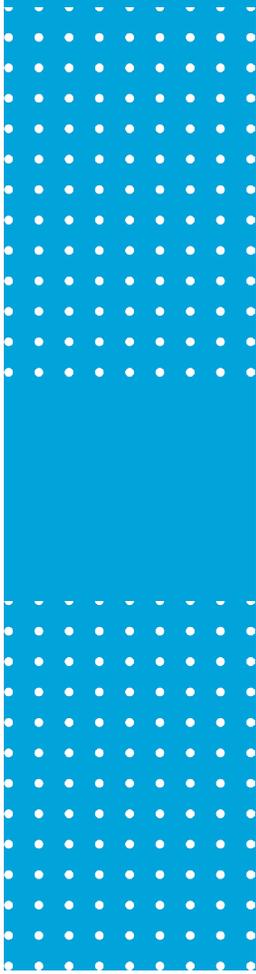
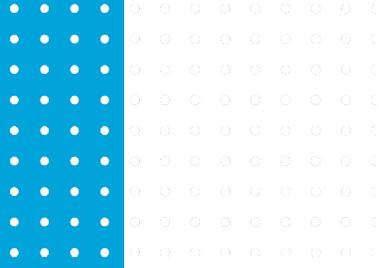
LISTA DE ABREVIATURAS

AG	Assembleia Geral
AGO	Assembleia Geral Ordinária
ALC	África Leasing Company
ARV'S	Antirretrovirais
BIM	Banco Internacional de Moçambique
BCI	Banco Comercial de Investimentos
CA	Conselho de Administração
CAIC	Complexo Agro-Industrial de Chókwè
CIM	Companhia Industrial de Moçambique
CPCV	Contrato Promessa de Compra e Venda
DAF	Direcção de Administração e Finanças
DCP	Direcção de Controlo das Participadas
DDI	Direcção de Desenvolvimento Institucional
DGC	Direcção de Governação Corporativa
DI	Direcção de Investimentos
EGP	Estatuto dos Gestores Públicos
ECMEP	Empresa de Construção e Manutenção de Estradas e Pontes
FARMAC	Empresa Estatal de Farmácia
GAI	Gabinete de Auditoria Interna
GTT'S	Gestores, Técnicos e Trabalhadores
IBC	Indústria de Borracha e Calçado
IGEPE	Instituto de Gestão das Participações do Estado
LAM	Linhas Aéreas de Moçambique
MCEL	Moçambique Celular
MEDIMOC	Empresa Moçambicana de Exportação e Importação de Medicamentos
MIREME	Ministério de Recursos Minerais e Energia
MoU	Memorandum of Understanding
USD	Dólar Norte Americano
PETROMOC	Petróleo de Moçambique
PM	Primeiro-Ministro
S.A	Sociedade Anónima
S.A.R.L	Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada
SEE	Sector Empresarial do Estado
SEMOG	Sementes de Moçambique
STEIA	Empresa de Aluguer de Equipamentos



TDM
TMCEL

Telecomunicação de Moçambique
Moçambique Telecom





APROVAÇÃO DO RELATÓRIO

É com satisfação que comunicamos a aprovação do Relatório Anual de Actividades do Instituto de Gestão das Participações do Estado (IGEPE) referente ao ano de 2019. Este relatório oferece uma visão abrangente das actividades realizadas ao longo do ano, proporcionando uma análise detalhada do progresso alcançado em relação às metas estabelecidas no Plano Anual de Actividades.

O ano de 2019 marcou o início da integração das Empresas Públicas no portfólio do IGEPE, em conformidade com a Lei n.º 3/18, de 19 de Junho. Este período foi caracterizado pela intensificação das actividades no âmbito da governação corporativa, pelo avanço do processo de reestruturação das empresas e por um notável crescimento das receitas de capital.

Destacamos a relevância do Regulamento aprovado através do Decreto nº 10/2019, de 26 de Fevereiro, que estabelece directrizes importantes para a gestão e operação das empresas públicas. Entre os aspectos destacados estão a elaboração dos Planos de Negócios, a introdução do regime de duas Assembleias-Gerais nas empresas e a constituição dos órgãos sociais, o que reforçou a transparência e a responsabilidade corporativa.

No âmbito da governação corporativa, foram aprovados os Modelos de Governação das empresas, promovendo a responsabilização dos Gestores Públicos por meio da celebração de Contratos de Gestão e de Mandato. Além disso, houve uma revisão dos Estatutos das empresas com participação maioritária do Estado, fortalecendo ainda mais os fundamentos da boa governação.

Em termos de receitas, registamos uma arrecadação total de 2.102.115.265,01MT, superando as expectativas iniciais. Este resultado positivo reflecte o compromisso e a eficiência na gestão das empresas participadas.

Olhando para o futuro, esperamos que o ano de 2020 seja marcado por uma nova era na vida das empresas do Estado, com um foco renovado na viabilização e rentabilização do sector empresarial do Estado. Para isso, delineamos diversas perspectivas e prioridades estratégicas para o próximo ano, incluindo a conclusão do processo de reestruturação das empresas, a consolidação das contas de 2019, a implementação da matriz de risco, entre outros objectivos ambiciosos.

Ressaltamos que o sucesso dessas iniciativas dependerá do esforço conjunto de todos os colaboradores do IGEPE e dos gestores das empresas. Estamos confiantes de que, com dedicação e comprometimento, alcançaremos os nossos objectivos e contribuiremos para o desenvolvimento sustentável de Moçambique.

Maputo, aos 27 de Fevereiro de 2020

Ana Isabel Senda Coanai
Presidente do Conselho de Administração do IGEPE

MISSÃO, VISÃO, OBJECTIVO GERAL E VALORES



Missão

Gerir o Sector Empresarial do Estado e as respectivas participações financeiras e sociais, no contexto dos princípios de boa governação corporativa, e catalisar novas iniciativas de investimento público e privado.



Visão

Ser referência na gestão do Sector Empresarial do Estado, no quadro do desenvolvimento do país.



Objectivo Geral

Reforçar a capacidade de gestão das empresas do Sector Empresarial do Estado, visando a prestação de contas e a captação de receitas para o tesouro público.



Valores

Liderança na gestão do sector empresarial do Estado e das suas participações sociais e financeiras.

Transparência na gestão da coisa pública.

Empenho no cumprimento da missão e das metas estabelecidas nos planos e programas de trabalho.

Responsabilidade na gestão das participações do Estado.

Colaboração para criação de sinergias e parcerias.

Inovação na gestão e boas práticas de governação corporativa

Responsabilidade Corporativa com os colaboradores, parceiros e partes interessadas

Órgãos Sociais

Os Órgãos Sociais do IGEPE são constituídos pelo Conselho Consultivo, Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ana Isabel Senda Coanai
Presidente

Mário Xavier Estêvão
Administrador do Pelouro de
Administração e Finanças

Raimundo Jorge Matule
Administrador do Pelouro
de Controlo das Participações

**Albertina Furquia
Fumane**
Administradora não Executiva

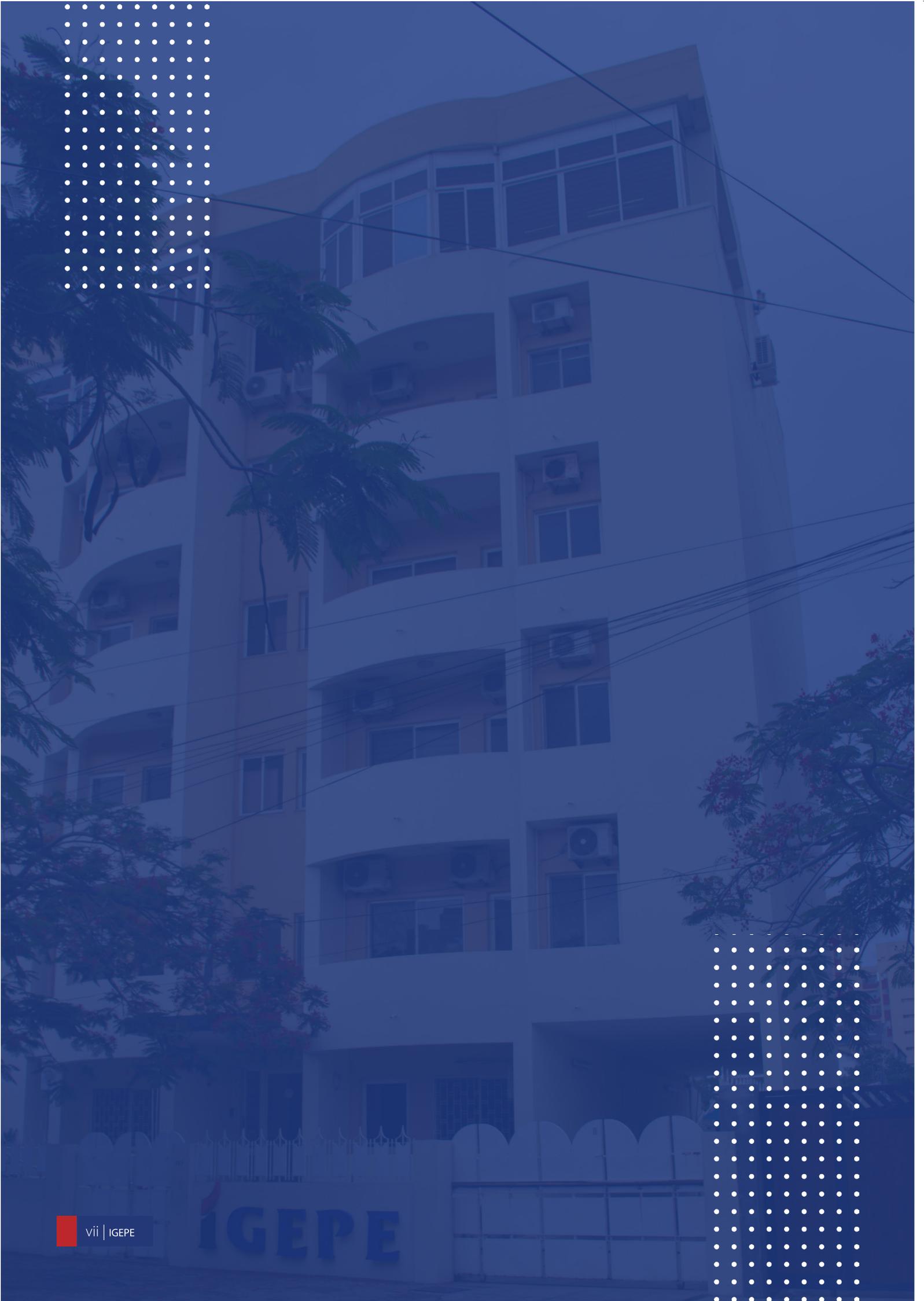
Danilo Nalá
Administradora não
Executiva

CONSELHO FISCAL

Fernanda Matsinha
Presidente

Ilídio Guibalo
Vogal

Isabel Sumar
Vogal



vii | IGEPE

IGEPE



1. INTRODUÇÃO

Este relatório apresenta as actividades do Instituto de Gestão das Participações do Estado (IGEPE), focalizando-se no balanço das metas planificadas e realizadas no contexto do seu Plano Anual de Actividades de 2019.

O período em questão foi marcado pelo início da integração das Empresas Públicas no portfólio do IGEPE, em conformidade com a Lei n.º 3/18, de 19 de Junho. Além disso, destacou-se pela intensificação das actividades no âmbito da governação corporativa, pelo aprofundamento do processo de reestruturação das empresas e por um notável crescimento das receitas de capital.

Na sequência da aprovação da referida Lei, foi aprovado o respectivo Regulamento através do Decreto n.º 10/2019, de 26 de Fevereiro, revelando-se relevante em diversas dimensões. Destaca-se entre outros aspectos: a obrigatoriedade da elaboração dos Planos de Negócios e planos trimestrais de actividades nas empresas; a introdução do regime de duas Assembleias-Gerais nas empresas, sendo uma destinada à aprovação de contas e a outra do plano anual de actividades; a realização das Assembleias-Gerais nas Empresas Públicas, incluindo a constituição dos respectivos órgãos sociais, em particular da Mesa da Assembleia-Geral e a aprovação dos respectivos Estatutos.

No âmbito da Governação Corporativa, foram aprovados os Modelos de Governação das empresas, impulsionando-se o processo de responsabilização dos Gestores Públicos por meio da celebração dos respectivos Contratos de Gestão e de Mandato com os Conselhos de Administração e Administradores Executivos, respectivamente. Adicionalmente, procedeu-se à revisão dos Estatutos das empresas com participação maioritária do Estado.

No contexto da reestruturação empresarial, é relevante destacar os processos conduzidos em 2019, com ênfase nas empresas TMCEL, PETROMOC SA, LAM, FARMAC, SMM e TRANSMARÍTIMA.

Em termos de receitas, durante o período em análise, foram arrecadados 2.102.115.265,01MT, dos quais 1.117.986.964,49MT são provenientes de dividendos das empresas participadas, 971.109.200,00MT de empresas públicas e 13.019.100,52MT de outras. Ressalta-se que, para o ano de 2019, havia sido inicialmente planificada uma receita de 1.010.878.034,69MT, proveniente de dividendos, alienações e outras fontes.

2. BALANÇO DAS ACTIVIDADES REALIZADAS EM 2019

2.1 No Âmbito do Controlo de Participações

2.1.1 Acções Estratégicas para 2019

As principais acções estratégicas no controlo das Participações do Estado em 2019 foram: garantir o aumento de receitas de capital em 3% para o Tesouro Público; reestruturar as empresas do do sector empresarial do Estado (SEE); e reforçar as medidas de supervisão e controlo das empresas do SEE.

2.1.2 Actividades Planificadas

a) Garantir o Aumento de Receitas de Capital para o Tesouro Público

Neste contexto foram planificadas as seguintes actividades: monitorar a evolução das receitas das empresas; assegurar que os dividendos declarados sejam distribuídos dentro dos prazos legalmente estipulados; e garantir a arrecadação de receitas provenientes das alienações de participações sociais e património.

b) Reestruturar as Empresas do Sector Empresarial do Estado

Na área de resttruturação das empresas do SEE foram planificadas as seguintes actividades: continuar com o processo de reestruturação, garantindo que pelo menos 10 empresas sejam reestruturadas com vista a sua viabilização e sustentabilidade, através da - reestruturação financeira – PETROMOC, LAM; reestruturação operacional – FARMAC, DINAME, EMODRAGA, HICEP, RBL; efectivação do processo de fusão – TDM/MCEL; e abertura de capitais – LAM, SA; TRANSMARÍTIMA, SA.

Foi ainda planificada a finalização do processo de saneamento da carteira de participações do Estado através da alienação de 12 participações sociais e património, nomeadamente: Chá Namae, IBC, MADAL, TEXTÁFRICA, GERALCO, GRAPHIC, TECNAUTO, CIM Estado, CIM IGEPE, GEOMOC, MEDIMOC e Hotel Cardoso; e dissolução e liquidação das sociedades ALC Leasing e SOGIR.

c) Reforçar as medidas de supervisão e controlo das empresas

No âmbito das medidas de supervisão e controlo das empresas foi planificado consolidar a monitoria através da análise e aprovação dos planos de actividade e orçamento bem como dos respectivos planos de negócios; monitoria e acompanhamento da implementação da matriz de desempenho económico-financeiro; monitoria dos riscos das empresas em particular do risco fiscal; visitas de monitoria às empresas; acompanhamento da evolução da carteira das empresas e das participações indirectas.

Outra actividade planificada foi a elaboração do Relatório Consolidado das Empresas do SEE.

2.1.3 Actividades Realizadas

a) Carteira do IGEPE

Em termos de realizações, o ano de 2019 iniciou com uma carteira composta por 62 empresas e uma fundação, e encerrou com 74 empresas, resultado da inclusão das empresas públicas na carteira do IGEPE. Sendo 30 pertencentes ao SEE, das quais 12 públicas e 18 exclusiva e/ou maioritariamente participadas.

O remanescente de 44 compõe as empresas participadas pelo Estado, das quais 18 são para alienação. A entrada das empresas públicas na carteira é o corolário da materialização da Lei n.º 3/2018, de 19 de Junho, que estabelece os princípios e regras aplicáveis ao SEE.

Ao longo de 2019, uma participação foi alienada, resultando no encerramento do ano com 73 empresas e uma fundação na carteira do IGEPE.

Como desdobramento do processo de reestruturação da carteira, encontra-se em curso o procedimento de retirada de 13 empresas, por meio da alienação total da participação, com a opção de exercício do direito de preferência ou venda ao público através de concurso aberto.

b) Garantir o aumento de receitas de capital para o Tesouro Público

No exercício de 2019, a previsão inicial para a arrecadação de receitas de capital (dividendos e alienações, excluindo outras receitas) foi de 996.800.236,40MT. No entanto, o montante efectivamente arrecadado foi de 2.089.096.164,49MT, dos quais

1.117.986.964,49MT provêm de receitas das empresas participadas, e os restantes 971.109.200,00MT são das empresas públicas. Isso resultou num grau de execução de 209%. Do montante arrecadado, 2.044.146.692,50MT corresponde a receitas de dividendos, enquanto o restante é proveniente de receitas de alienação.

Refira-se que o grau de execução foi influenciado pela entrada das Empresas Públicas na carteira do IGEPE como resultado da implementação da Lei n.º 3/2018, de 19 de Junho, e pelo desempenho positivo de algumas empresas participadas.

Apesar do desempenho global satisfatório das empresas, é relevante observar que algumas enfrentaram desafios, com destaque para a MOZAL, que não declarou a distribuição de dividendos devido à situação financeira debilitada. Esse cenário foi resultado do aumento do preço da matéria-prima no mercado internacional; do aumento do custo de energia pela Escom; e pela redução do preço do alumínio no mercado internacional.

c) Reestruturar as empresas do Sector Empresarial do Estado

O IGEPE prosseguiu com o processo de reestruturação das empresas do SEE, com o objectivo de tornar as empresas rentáveis e sustentáveis. Isso incluiu a realização de aportes financeiros e subsídios para a reestruturação da mão-de-obra e pagamento de passivos laborais, sendo digno de destaque:

- a. No âmbito da reestruturação financeira: injeção de capital na LAM no valor de 334 milhões de meticais, para o apoio da tesouraria e garantia da continuidade das operações, tendo este se convertido no aumento de capital, mantendo a estrutura accionista com a mesma proporção. Para a viabilização e revitalização das empresas, foram elaborados os planos de negócios das empresas TMCEL, PETROMOC, LAM, EMOSE e STEMA. Outrossim, foi aprovado o aumento de capital da PETROMOC em cinco milhões de meticais, para garantir a injeção de capital para revitalização da empresa.
- b. No âmbito da reestruturação operacional: FARMAC: transformação da empresa de Estatal para Sociedade Anónima e elaboração dos respectivos estatutos; e pagamento integral da dívida ao INSS até Dezembro de 2018, incluindo a negociação do parcelamento da dívida do IRPS. TMCEL: aprovado e assinado o acordo de financiamento entre o Ministério da Economia e

Finanças e o EXIM Bank da China com vista ao financiamento do projecto RAN; implementado o projecto de reestruturação da mão de obra com recurso a fundos provenientes da venda de activos não core; aprovado Plano de Negócios que prevê a revitalização da empresa; e melhoria da oferta de serviços e dos resultados operacionais. TRANSMARÍTIMA: disponibilizados 37 milhões de meticais para o pagamento a reestruturação da mão de obra das empresas; aportados 172 milhões de meticais para o pagamento do passivo laboral das seguintes empresas: MAGMA, SOGIR, ECMEPs, CAIC, EMOPECA; e contratada a empresa e em curso a elaboração do estudo de reestruturação financeira e revisão do Plano de Negócios da LAM.

d) **Reforçar as medidas de supervisão e controlo das empresas**

Para o período em reporte, do rol das medidas de supervisão e controlo das empresas, destacam-se as seguintes actividades realizadas:

- a. No âmbito da análise dos instrumentos de planificação e reporte: aprovados quatro planos de negócio das empresas TMCEL, STEMA, PETROMOC e EMOSE; analisados e aprovados 45 Relatórios de Gestão e Contas referentes ao exercício de 2018, que foram objecto de deliberação favorável em sede das respectivas Assembleias Gerais Ordinárias. Destas, 17 empresas apresentaram resultados líquidos positivos (EMODRAGA, ADM, CFM, ENH, Imprensa Nacional, BNI, EMOSE, DOMUS, Millennium BIM, Sociedade Notícias, AUTO-GAS, Cervejas de Moçambique, GAPI, IFLOMA, TELEDATA, CMG e CMH), tendo oito deliberado pela distribuição de dividendos (CFM, ENH, BNI, EMOSE, Cervejas de Moçambique, Millennium BIM, CMH e CMG). As restantes não distribuíram dividendos por precisarem de realizar investimentos ou cobrir prejuízos de exercícios anteriores. De referir que os relatórios das empresas RBL e Correios de Moçambique não foram aprovados em sede da Assembleia Geral devido à insuficiência de informação.

Foram ainda analisados e aprovados 29 Planos de Actividade e Orçamento, sendo 12 referentes a empresas Públicas e o remanescente a empresas participadas.

- b. No âmbito da consolidação da monitoria e controlo: feita a monitoria do risco das empresas do SEE e produzida a matriz de controlo do nível de endividamento; analisadas as matrizes de desempenho da STEMA, PETROMOC, EMOSE e EMEM. Nos termos do modelo elaborado e harmonizado com as empresas foi aprovada a matriz da STEMA; e elaborados os procedimentos da consolidação de contas de forma a produzir-se o primeiro relatório consolidado do SEE, referente ao exercício económico de 2019.
- e) Saneamento da carteira de participações do Estado

a. Alienação da Participação do Estado a Privados

Foram programadas para o ano de 2019, a alienação de sete participações sociais para o sector privado - Chá Namae (100%); MADAL (5%); IBC – Indústria de Borracha e Calçado (20%); TEXTÁFRICA (22.7%); GERALCO (20%); GRAPHIC (6.8%) e TECNAUTO (47.5%), GEOMOC (20%), Refrigerantes de Gaza (20%), HIDROMOC Beira (20%) e PINTEX Beira (40%), cujos processos ainda decorrem devido a dificuldade de localização ou morosidade na obtenção de autorização por parte dos outros accionistas dessas sociedades.

A TEXTÁFRICA, SARL– como parte do processo de saneamento do passivo da empresa, 268 casas foram entregues às famílias correspondentes. Destaca-se que, em 2020, está prevista a entrega de 11 casas ao Estado.

A PINTEX Beira, SARL– está em curso o processo de alienação dos 40% após o consenso entre as partes. Adicionalmente, no âmbito do saneamento da carteira do IGEPE estão em curso 13 processos para a retirada de algumas empresas da carteira.

b. Alienação da Participação do Estado aos GTT's

Durante o ano, foi concluído o processo de alienação da MABOR SA. Estão em curso, os processos de redistribuição de acções de duas empresas para dois acionistas GTTs da HIDROÁFRICA. Além disso, encontram-se em fase final, com a assinatura da escritura pública de compra e venda da participação, os processos de quatro empresas com

reserva para os GTTs, a saber: STEIA, S.A; CELMOQUE; Diário de Moçambique; e CEGRAF.

c. Dissolução e Liquidação

Em curso o processo de dissolução das empresas ECMEP's, numa fase avançada, tendo-se registado: o saneamento da dívida com o INSS para a integração de 27 ex-trabalhadores reformados das ECMEP's das Delegações de Gaza, Província e Cidade de Maputo; alienado o património imobiliário da empresa em Manica (Manica Sede, Chimoio), Sofala (Manga), Zambézia (Mocuba, Ile, Alto Molócue, Maganja da Costa), Tete (Cidade de Tete), Nampula (Nacala-a-velha, Rapale, Mecuburi, Monapo e Murrupula); e iniciados processos de saneamento do património nas províncias de Niassa, Cabo Delgado, Gaza e Inhambane.

Estão ainda em curso os processos das empresas ALC – Leasing, SOGIR e SCANMO com processos morosos devido a complexidade dos mesmos e à necessidade de recursos financeiros para sanear os seus passivos.

2.2 No Âmbito da Governação Corporativa

2.2.1 Actividades Planificadas

As actividades planificadas neste âmbito incluem: aprovar e implementar os instrumentos de governação; aplicar os modelos de governação que tornem mais efectiva a gestão e governação das empresas do SEE; assegurar a realização das assembleias gerais; e fortalecer o combate à corrupção e promover a cultura de integridade nas empresas.

2.2.2 Actividades Realizadas

As realizações no âmbito da governação corporativa incluíram aprovar e implementar os instrumentos de governação, nomeadamente:

- a. Contratos de Gestão e de Mandato: foram celebrados contratos de gestão e de mandato em três empresas participadas pelo Estado, nomeadamente PETROMOC, STEMA e EMEM; e elaborados os termos de referência onde são definidas as competências e atribuições dos membros executivos do Conselho de Administração das três empresas.

- b. Modelos de Governação: com o objectivo de ajustar os modelos de governação, face a aprovação da Lei n.º 3/2018, de 19 de Junho, foram aprovados três Manuais de Governação Corporativa das empresas PETROMOC, Sociedade do Notícias e EMEM. Foram também aprovados 16 estatutos das empresas do SEE, sendo 12 nas empresas públicas e quatro nas empresas participadas pelo Estado.

a) Assembleias-Gerais

Foram realizadas 98 Assembleias-Gerais, das quais 35 em empresas públicas (24 ordinárias e 11 extraordinárias) e 63 em empresas participadas (44 ordinárias e 19 extraordinárias). Foram ainda monitoradas a implementação de 123 deliberações das Assembleias-Gerais.

No cômputo geral, as Assembleias-Gerais ordinárias realizadas serviram para apreciar e deliberar sobre: os relatórios e contas, referentes ao exercício económico de 2018 e aplicação dos resultados; os planos de actividades e orçamento para o ano de 2020; a eleição dos membros do conselho fiscal para o exercício de 2019; a revisão da estrutura orgânica; e a revisão das remunerações e regalias dos órgãos sociais e revisão do plano de carreiras e política remuneratória dos colaboradores.

Foram constituídas oito comissões de remuneração das empresas EDM, CFM, Rádio Moçambique, ENPCT, Imprensa Nacional, TVM, Correios de Moçambique e Aeroportos de Moçambique.

As Assembleias-Gerais extraordinárias serviram fundamentalmente para apreciar e deliberar sobre: os planos de negócios, matriz de indicadores de desempenho, termos de referência para os cargos executivos do conselho de administração e contratos de gestão e de mandato; os projectos de investimento; e a dissolução e liquidação de sociedades.

b) Eleição dos Gestores Públicos

Durante este período o IGEPE indicou sete representantes do Estado em quatro empresas, a saber: EMOSE, GAPI, Monte Binga e Cimentos de Moçambique.

2.3 No Âmbito dos Investimentos

2.3.1 Actividades Planificadas

Foram planificadas neste âmbito as seguintes acções: elaborar o documento da Estratégia de Investimentos do Sector Empresarial do Estado; e assinar o Contrato de Cessão de Exploração do Complexo Agroindustrial de Chókwè – CAIC, em Chókwè, província de GAZA;

2.3.2 Actividades Realizadas

Foram até Dezembro de 2019 realizadas as seguintes actividades: elaborada a Estratégia de Investimentos para o Sector Empresarial do Estado; e assinado o contrato de Cessão de Exploração do Complexo Agroindustrial de Chókwè – CAIC.

2.4 Âmbito da Planificação e Desenvolvimento Institucional

2.4.1 Actividades Planificadas

As actividades planificadas incluíram a elaboração e implementação do processo de transição para a entidade que gere e coordena o SEE e a respectiva integração orçamental tendo em conta as empresas públicas; a realização dos balanços semestrais do Plano de Actividades; a elaboração do balanço das actividades desenvolvidas no primeiro trimestre; no primeiro semestre; no terceiro trimestre; e no segundo semestre com o MEF no âmbito do CFMP; e melhoramento do suporte tecnológico institucional do IGEPE através da actualização e apetrechamento do IGEPE com equipamento informático.

2.4.2 Actividades Realizadas

No contexto da elaboração e implementação do processo de transição para a gestão do SEE e a correspondente integração orçamental, a Direcção de Desenvolvimento Institucional participou activamente no processo de elaboração do novo Estatuto Orgânico do IGEPE.

No âmbito da realização de balanço do Plano de Actividades Anual de IGEPE foi feita a monitoria de cumprimento das principais actividades planificadas para o primeiro

trimestre, primeiro semestre, terceiro trimestre e quarto trimestre.

Foram preparados e remetidos os balanços das actividades desenvolvidas no primeiro trimestre, primeiro semestre e terceiro trimestre, em colaboração com o MEF no contexto do CFMP. Actualmente, encontra-se em processo o envio do balanço referente ao quarto trimestre.

Como parte do aprimoramento do suporte tecnológico institucional e da modernização do parque informático do IGEPE, foram adquiridos onze (11) computadores. Além disso, procedeu-se à instalação de softwares e aplicações, actualização dos softwares existentes, e expansão da rede estruturada de dados e voz.

No âmbito da participação na elaboração de PGQ 2020-2024 foram elaboradas as linhas mestras do IGEPE para PQG 2020-2024 e enviadas ao MEF.

2.5 No Âmbito da Administração e Finanças

2.5.1 Actividades Planificadas

No contexto da planificação foram arroladas as seguintes actividades: elaboração da Conta de Gerência; acompanhamento das auditorias da BDO (externa); Inspeção-Geral das Finanças (interna); Tribunal Administrativo; e Contabilidade Pública.

Foram ainda planificadas a elaboração do fecho contabilístico de 2018 e a cobrança da receita (dividendos; alienações; e outras receitas próprias).

Constituíram ainda actividades planificadas a elaboração do orçamento de 2020 tendo em conta as orientações e limites orçamentais aprovados pelo MEF; a gestão dos planos de pagamento; a análise da execução orçamental; e a consolidação das Contas do Sector Empresarial do Estado.

2.5.2 Actividades Realizadas

a. Elaboração da Conta de Gerência

Durante o período em análise, foi elaborada a Conta de Gerência, a qual foi submetida à Inspeção-Geral das Finanças para parecer e posterior envio ao Tribunal Administrativo para a aprovação.

b. Acompanhamento das auditorias interna e externa

No período em referência foi feito o acompanhamento dos auditores da Inspeção-Geral das Finanças (IGF), Tribunal Administrativo (TA) e a auditoria da BDO.

c. Execução Orçamental

A 31 de Dezembro de 2019, a situação financeira do IGEPE reflectiu o seguinte:

Receita Total: De uma receita planificada de 1.010,9 milhões de Meticais foram arrecadados 2.102,1 milhões de Meticais correspondentes a 208%. Desta receita, 1.906,5 milhões de Meticais corresponde a receita do Estado e o remanescente 178 milhões de Meticais a receita própria do IGEPE. Da receita do Estado 98% corresponde a receita de dividendos e o remanescente 2% a receita de alienações outras receitas. Da receita do IGEPE, 91% corresponde a receita de dividendos e 9% a receitas de alienações e outras receitas.

Despesas do Estado no Domínio Empresarial – (OFAS): No corrente ano, na categoria de despesas, foi previsto um orçamento de 985 milhões de Meticais, sendo desembolsados 644,5 milhões de Meticais, o que corresponde a uma execução de 65%. Este montante foi alocado para o pagamento do empréstimo bancário; pagamento do passivo laboral; e pagamento de indemnizações e reestruturação das empresas.

Despesas do IGEPE: A análise orçamental da despesa do IGEPE no decorrer do exercício económico de 2019, foi previsto um orçamento de 180,5 milhões de Meticais. Até o final do exercício económico em análise, a execução da despesa atingiu 182,5 milhões

de Meticais, representando 101% do valor previsto. Em comparação com o ano de 2018, o ano de 2019 apresentou uma redução significativa na realização de despesas, totalizando uma diminuição de 29%. Durante o período em análise, houve um aumento nas custas judiciais devido a litígios movidos contra o IGEPE no contexto do processo de alienação e dissoluções da carteira, bem como de reclamações e conflitos laborais provenientes de empresas. A maior realização da despesa no ano de 2019 verifica-se nas OFAs, com as receitas próprias do IGEPE, que teve como causas: o aumento do capital social nas empresas; pagamento dos salários em atrasos e as indemnizações; e pagamento das custas judiciais.

2.6 No Âmbito dos Recursos Humanos

2.6.1 Actividades Planificadas

Para o ano de 2019, foram planificadas as seguintes actividades: melhorar o sistema de Assistência médica e Medicamentosa; melhorar o sistema de controlo de assiduidade; monitorar o controlo das férias e ausências; implementar o Plano de Formação; monitorar a Avaliação de Desempenho de 2018; rever os instrumentos de gestão; continuar com o processo de organização dos processos individuais, e submeter o plano de férias dos colaboradores do IGEPE para o ano de 2020.

2.6.2 Actividades Realizadas

Para fortalecer o quadro de pessoal do IGEPE e assegurar o cumprimento das actividades planificadas, em 2019 foram integrados quatro colegas por destacamento, provenientes do Ministério da Economia e Finanças e Inspeção-Geral das Finanças, no âmbito da mobilidade de quadros. É relevante mencionar que, durante o período, ocorreu a redução de duas funcionárias, uma devido a óbito e outra por desligamento (idade de reforma).

2.6.3 Assistência Médica e Medicamentosa

No contexto do aprimoramento da Assistência Médica e Medicamentosa aos colaboradores do IGEPE, a instituição prosseguiu com o processo de reembolso dos adiantamentos realizados pelos colaboradores, assim como com o desconto desses valores directamente na folha de pagamento, especialmente nos casos em que os

colaboradores recebem assistência médica de clínicas que fornecem esses serviços. Em 31 de Dezembro de 2019, 195 dependentes eram beneficiários da Assistência Médica e Medicamentosa.

2.6.4 Plano de Formação

Relativamente ao Plano de Desenvolvimento de Recursos Humanos do IGEPE, 21 técnicos de diversas áreas, beneficiariam de formações em matérias relacionadas: com os recursos humanos; elaboração da conta de gerência; elaboração do orçamento e módulo do património do Estado; avaliação de risco fiscal e participação nas despesas de formação do Mestrado em Gestão Empresarial; cinco técnicos participaram em formações, seminários e conferências realizadas fora do país.

No mês de Outubro de 2019, o DRH organizou uma palestra aberta a todos os colaboradores, abordando matérias relacionadas com a Previdência Social e Segurança Social dos Trabalhadores.

2.6.5 Avaliação de Desempenho

O DRH monitorou o processo de avaliações de desempenho dos colaboradores referentes ao ano de 2018. Essas avaliações foram submetidas à aprovação e homologação pelo Conselho de Administração, sendo posteriormente arquivadas nos respectivos processos individuais. Actualmente, encontra-se em curso o processo de distribuição das fichas de avaliação de desempenho para o exercício económico de 2019.

2.7 No Âmbito do Património

2.7.1 Actividades Planificadas

No contexto do melhoramento da gestão do património de IGEPE foram planificadas as seguintes actividades: manutenção e reparação de três imóveis; manutenção e reparação de viaturas; manutenção e reparação de equipamentos; pagamento de seguros (Ramo de Automóveis e Habitação); pagamento dos serviços da TRAC e da CARTRACK; pagamento de manifestos e Taxas de Rádios; inspecção periódica de três viaturas; serviço de segurança dos edifícios; gestão do Stock de Economato (Material

de Escritório, Consumíveis e Bens Alimentícios); aquisição de armários para embutir nas paredes; apetrechamento da casa de função; aquisição de cinco ar condicionados; concluir os processos de alienação de viaturas; inventariação dos bens patrimoniais; e gestão do imobilizado.

2.7.2 Actividades Realizadas

Foram realizadas as seguintes actividades:

Manutenção e Reparação de Imóveis: manutenção de oito viaturas das quais três foram também submetidas a algumas reparações; manutenção e reparação dos seguintes equipamentos: Gerador, UPS, Elevador e Máquinas Fotocopiadoras; renovados 21 seguros dos quais 20 do ramo automóvel e um do ramo de habitação; renovado o sistema de CARTRACK de cinco viaturas; foram pagos o manifestos e taxas de rádios de todas as viaturas da instituição; efectuada a inspecção periódica de três viaturas; garantida a segurança estática nos edifícios da instituição; e garantido o fornecimento de material de escritório, informático e consumíveis, produtos alimentícios, de limpeza e higiene.

Aquisição de ar condicionados: foram adquiridos cinco aparelhos de ar condicionados para a instituição.

Foram concluídos 12 processos de alienação de viaturas dos 16 planificados, tendo sido entregues as declarações para a mudança de titularidade das mesmas aos respectivos beneficiários.

Foi feita a inventariação dos bens adquiridos ao longo do período do em referência (2019), etiquetados, e preenchidas as fichas e registo dos mesmos na plataforma e-Património. Foi ainda iniciado o processo de lançamento do imobilizado no respectivo sistema (PHC) dos bens adquiridos ao longo do período em referência para posterior reconciliação com o Departamento de Contabilidade.

Abates: encerrou-se o processo de abate de uma viatura iniciado em 2017 com a entrega da declaração para a mudança do título de propriedade da mesma à beneficiária. Foi ainda aberto o processo de abate de diversos equipamentos obsoletos para os colaboradores do IGEPE.

2.8 No Âmbito da Assistência Jurídica

O Gabinete Jurídico desenvolveu as suas actividades, conforme previsto no Plano de Actividades para 2019, tendo cumprido com as todas programadas para o terceiro trimestre, como a seguir se indica.

2.8.1 Actividades Planificadas

- a) No âmbito da legislação: divulgar a Lei n.º 3/2018, de 19 de Junho, que estabelece os princípios e regras aplicáveis as empresas do SEE; apoiar o processo de alteração dos Estatutos das EP's incluindo os diplomas legais da sua criação, no âmbito da implementação da Lei n.º 3/2018, de 19 de Junho; e acompanhar o processo de revisão do Estatuto Orgânico, do quadro de pessoal do IGEPE e dos demais instrumentos jurídicos, no âmbito da conformidade com a Lei n.º 3/2018, de 19 de Junho.
- b) No âmbito da Assessoria: Apoiar na resolução de processos inerentes às diversas Direcções do IGEPE; e prestar assessoria ao Conselho de Administração.

2.8.2 Actividades Realizadas

- a) No âmbito da legislação: Garantida a elaboração da proposta final do Regulamento da Lei n.º 3/2018, de 19 de Junho, tendo a mesma sido submetida ao MEF e aprovada pelo CM, através do Decreto n.º 10/2019, de 26 de Fevereiro; foi elaborado o roteiro para a implementação da Lei n.º 3/2018, de 19 de Junho; foi iniciado e em curso o trabalho de alteração dos estatutos das empresas do SEE e dos diplomas de criação; elaborado o modelo de estatutos das Empresas Públicas; participou nas primeiras sessões de AG's das EMP's; participou nas sessões de apresentação da Lei n.º 3/2018, de 19 de Junho, nas EP's; participou das apresentações feitas às empresas do SEE sobre os aspectos de destaque da Lei n.º 3/2018, de 19 de Junho; participou nas primeiras sessões de institucionalização das Assembleias Gerais nas Empresas Públicas; e foi elaborada e submetida ao MEF a proposta de alteração do Estatuto Orgânico do IGEPE, no âmbito da implementação e adequação da Lei n.º 3/2018, de 19 de Junho.



- b) No âmbito da Assessoria: apoiou as diversas unidades orgânicas do IGEPE na resolução de processos inerentes à elaboração de contratos; emissão de pareceres relativo aos processos de alienações; participação nos grupos de trabalho criados para a reestruturação do sector empresarial do Estado, incluindo os processos relativos a alienação à privados; emissão de pareceres relativos às petições submetidas ao IGEPE; e participou nas sessões do CA e da CE do IGEPE, tendo elaborado as actas das sessões ordinárias e extraordinárias e as as matrizes das decisões das reuniões da Comissão Executiva.

2.8.3 Resumo das Petições de Janeiro a Dezembro de 2019

No período em referência, o IGEPE recebeu um total de 410 petições dos quais 378 foram respondidas e 32 em processo de análise cinco. Em termos de resposta as petições o grau de cumprimento de 92,20%.

2.9 No Âmbito das Aquisições

2.9.1 Actividades Planificadas

Garantir a contratação de serviços, fornecimento de bens e empreitada de obras ao IGEPE

2.9.2 Actividades Realizadas

Foram assinados 32 contratos, sendo que: 28 contratos possuem anotação pelo TA; quatro em tramitação; e dos 32 contratos 27 são de fornecimento de bens e serviços e cinco de consultorias.

3. PERSPECTIVAS PARA 2020

Para o ano de 2020, espera-se que este seja marcado por uma nova era na vida das empresas do Estado rumo à sua viabilização e rentabilização. Contudo, isso dependerá do esforço e empenho de todos e de cada um dos colaboradores do IGEPE e dos gestores das empresas. São de destacar para o ano de 2020 as seguintes perspectivas:

- a) Conclusão do processo de reestruturação das empresas: os processos de reestruturação das empresas serão intensificados em 2020, com um foco significativo na reestruturação financeira das empresas PETROMOC, LAM, TVM, RM, ENPCT, RBL e HICEP. Paralelamente, essas empresas, juntamente com FARMAC, TRANSMARÍTIMA, LAM, TVM, RM, ENPCT, RBL e HICEP, passarão por uma reestruturação operacional.
- b) Conclusão do processo de alienação sistemática das participações e património do Estado nas empresas;
- c) Consolidação das Contas do ano de 2019;
- d) Elaboração e implementação da matriz de risco nas empresas do SEE;
- e) Aumento das receitas de capital em 40% em relação a 2019;
- f) Conclusão do processo de actualização dos Instrumentos de Governação Corporativa nas empresas Públicas e participadas pelo Estado (Estatutos e Modelos de Governação);
- g) Celebração de contratos de mandato e de gestão com todos os titulares do Conselho de Administração.
- h) O Plano de actividades de 2020 assentar-se-á nas prioridades estratégicas do IGEPE para o período 2020-2024 que são: viabilização e rentabilização do SEE; consolidação de Contas e Controlo do Risco; operacionalização da Estratégia de Investimentos do IGEPE; garantia da gestão transparente nas empresas do SEE; e o Aumento das receitas para o Tesouro Público.

A. No âmbito da reestruturação das Empresas

Os processos de reestruturação das empresas serão intensificados em 2020, com um

foco significativo na reestruturação financeira das empresas PETROMOC, LAM, TVM, RM, ENPCT, RBL e HICEP. Paralelamente, essas empresas, juntamente com FARMAC, TRANSMARÍTIMA, LAM, TVM, RM, ENPCT, RBL e HICEP, passarão por uma reestruturação operacional.

B. No âmbito do controlo

Serão supervisionados e verificados os níveis de endividamento das empresas, controlando a evolução das participações financeiras e as práticas operacionais por meio de planos estratégicos, planos de negócios, planos de investimento e análise de procedimentos internos. Esse monitoramento visa identificar desvios dos princípios básicos de gestão empresarial que possam comprometer os índices de desempenho das empresas.

Uma atenção especial será direcionada ao défice de exploração das empresas públicas, que se estima ser superior a 796 milhões de meticais. Este enfoque busca encontrar soluções para reduzir gradualmente esse défice, à medida que as empresas se tornam mais sustentáveis, otimizando áreas de negócios essenciais e, assim, minimizando o encargo para o Estado.

C. No âmbito da Receita

A receita total está prevista para crescer em 40%, passando de 1.107 milhões para 1.552 milhões de meticais. Esse aumento é impulsionado pelo crescimento de 61% na receita do Estado, apesar da redução de 19% na receita do IGEPE, de 290 milhões para aproximadamente 236 milhões de meticais. Essa diminuição é atribuída à retenção de dividendos por algumas empresas do Capital Estatutário para reinvestimento.

D. No âmbito da Despesa

Entretanto, a despesa do IGEPE aumenta ligeiramente em 5%, passando de 181 para 190 milhões de meticais, devido a um leve acréscimo nas despesas com pessoal e na rubrica de bens e serviços. O IGEPE continuará a passar por um processo de adaptação para se alinhar com os requisitos da nova Lei, sendo alimentado por uma nova estrutura organizacional, ajustes nos procedimentos e uma reorientação e otimização do aproveitamento do potencial dos Recursos Humanos.



RELATÓRIO ANUAL DE ACTIVIDADES

219



IGEPE

INSTITUTO DE GESTÃO DAS PARTICIPAÇÕES DO ESTADO
STATE SHARES MANAGEMENT AGENCY



Rua de Mukumbura nº 363, Maputo, Moçambique
Tel: +258 21 485 640; +258 21 485 643
Email: inf@igepe.org.mz; www.igepe.org.mz